

Moacir Amâncio

Flusser e as ondas abissais¹

Pensar em Vilém Flusser como judeu é pensá-lo no mundo de sua tradição familiar, mas também e sobretudo no mundo contemporâneo. Nascido em 1920 na Praga universal de Kafka, ele passou ao largo iídiche – transformado em língua literária no século 19 –, e do hebraico atualizado para fins da expressão literária pelos escritores judeus do Leste e Centro Europeu, que optavam pelo idioma ancestral à luz indireta da teoria segundo a qual a língua representa a alma de um povo. As demais línguas de conhecimento desses escritores serviriam para fins diversos e também literários, como no caso de Mica Berdichevski, que dizia utilizar seu idioma paterno, o hebraico, para a ficção e a ensaística, a língua materna, o iídiche, para o registro etnográfico, e o alemão solto no espaço, para o diário íntimo – por ser um idioma adquirido depois dos demais e onde o escritor talvez se sentisse mais à vontade por causa do distanciamento de si mesmo e do ambiente natural.

Flusser, além do alemão, herança do Império Áustro-Húngaro, escreveria em francês e português, pelo menos, diretamente neles ou traduzindo-adaptando textos do alemão para o português e vice-versa. Pensá-lo como um judeu de Praga é insuficiente – assim como Kafka, nostálgico do vernáculo iídiche e aprendendo hebraico ao sonhar com a Palestina. Ele era sim um homem de Praga, mas também era um judeu herdeiro das mudanças europeias do século 17 em diante, que colocaria o judeu em permanente disponibilidade territorial, linguística e existencial. O movimento da Hascalá, o chamado Iluminismo Judaico, a partir de fins do século 18, quando Mendelsohn traduziu a Bíblia para o alemão e dava início ao processo da instrução laica dos judeus asquenazitas (o caso dos sefarditas, embora possa estar associado, é outro), para torná-los aptos a se adaptarem às novas condições de vida na Europa que se industrializava e cujas culturas se mesclavam às vezes até o indiferenciamento.

Se faltava aos judeus um ou vários territórios, o que dizer de um idioma próprio, se for usado o ponto de vista do estado nacional e seus requisitos primários de povo e

¹ Artigo editado com modificações a partir de textos publicados em prefácio a “Ser Judeu” e como artigo pelo jornal “O Estado de S. Paulo”.

idioma “pátrio”? O Sionismo germinava nesse terreno rumo à criação do futuro Estado de Israel, que, apesar dos diversos modos de identificação com um país nacional, enfim, não atrairia todos os judeus do mundo para lá. De outro lado, o antissemitismo dos pogroms e expulsões várias de territórios habitados por eles, assim como a identificação com judeus espalhados pelo mundo, colocava-os numa situação bastante peculiar em relação aos povos que se definiam como nações vinculadas a espaços fixos ainda ontem. Mas isso é também falar da atualidade imediata, através, aqui, do filtro judaico, sem o qual Flusser seria inconcebível a partir da sua experiência multilíngue que transcende o territorial e instala o homem sem chão num universo de ondas virtuais.

1

E é assim que se impõem a leitura dos ensaios de Vilém Flusser, o itinerante filósofo judeu-tcheco-brasileiro etc., que, como um prestidigitador do verbo, consegue de maneira surpreendente e saudável, num tempo de compartimentalização especializada, captar os mais diversos motes de comentários, e jogá-los num globo vital e arriscado que ao girar produz novas significações além de colapsos diversos. Isso se dá nas suas diversas dicções que podem se misturar num só texto – e num pensamento múltiplo. O escrever como fatura do mundo presente, passado e futuro, na medida em que tudo ocorre de modo simultâneo a partir do convívio das línguas. Do mesmo modo que ele afirma, de maneira pontual e difusa, que a dialética talmúdica, com sua mistura idiomática (hebraico, aramaico, vocábulos persas, latinos, gregos) reflete a Torá, poderíamos concluir que Flusser, na sua laicidade judaica, não faz outra coisa senão dar prosseguimento aos atritos verbais-vivenciais dos sábios de Israel, todos eles onde estivessem, Jerusalém, Babilônia, Cairo, Vilna, Nova York, Istambul, Paris, Viena, Nova York, Berlim, Bagdá, Sa’na etc. Um discurso escrito e oral em estado de choque permanente.

Suas associações são vertiginosas – por exemplo, o mandamento proibindo a confecção de imagens torna-se motivo para considerações a respeito da ética na atualidade, algo óbvio, porém acrescido de seus dilemas do ponto de vista do monoteísmo judaico. Se, conforme Flusser, a proibição de imagens atingisse a imaginação e seu poder de produzir sistemas científicos e filosóficos, sociais, o marxismo e outros,

como faríamos? É provocativo, sim. Uma provocação à qual não falta o espírito lúdico tão presente na Mishná e na Guemará, sem falar na Bíblia (a luta de Jacó e o Anjo, por exemplo, a disputa de Moisés com os magos do faraó, as armações de Jacó). A destreza com que Flusser evoca e manipula fontes aparentemente díspares permitiriam associá-lo ao espectro do debate talmúdico de perguntas intermináveis entre os sábios. Num momento ele sugere que, embora não tenha recebido instrução judaica tradicional, o seu modo de pensar, descobrira, era judaico. Nesse sentido é possível concordar com ele, um pensamento e um temperamento movidos pela curiosidade móvel e infinita – pois vincula-se a uma linhagem do interrogar, portanto voltada a produzir novas perguntas. Isso no caso de aceitarmos aquela confissão do autor, sem descartar a suspeita de que não passa de uma trucagem osmótica muito a propósito. Enfim, existem diversos modos de transmissão-absorção.

Por isso é filósofo. Mas também por isso ele, em vez de se colocar na cátedra específica, faz com que o leitor o acompanhe nas questões vitais, pois elas são comuns a todos que de um modo ou de outro fazem parte da cultura ocidental, para ficarmos dentro da proposta flusseriana, plantada na própria experiência. O “ser judeu”, pauta de um conjunto de seus ensaios, traz no primeiro plano a peculiaridade da experiência judaica na Europa e Américas. O judaísmo na África, na Ásia e no Mediterrâneo permanecem à margem por uma questão, digamos, óbvia: estão fora da sua vivência iniciada na Praga “cosmopolita” da época, quando o idioma alemão era oficial no país, depois Brasil e de novo Europa. As variações linguísticas, lembre-se, era algo nada incomum entre os judeus de sua geração – judeus e cosmopolitas sem aspas –, ele viveu entre 1920 e 1991. Paradoxo? Por que não, já que o paradoxo é na verdade uma pequena e poderosa máquina de provocar novas associações e significações sem fim.

Ele não era religioso – um judeu laico, portanto. Aberração? Não, se considerarmos que o judaísmo vai além das delimitações religiosas, trata-se de um processo cultural, de uma civilização – e o Holocausto, ou Shoá, coloca-se como um marco a ser considerado o divisor nessa história toda. Claro, há diferenças entre o judeu religioso e o judeu laico, Flusser trata disso com propriedade sagaz, e coloca a ortodoxia num plano ideal, portanto inatingível, uma essencialidade sempre além dos mortais comuns. Seria esse um modo esquivo de libertação? Mas isso não seria comum a todas as atitudes religiosas, ainda mais naquela que tem o sacrifício de Isaac por um exemplo máximo inatingível? Porém vale

lembrar aquele aforismo judaico segundo o qual mesmo o judeu que se desvia continua judeu. Ou, como diria Julius Gold, personagem de Joseph Heller em “Good as Gold”, romance, numa rápida piada. Julius, que não suporta o afastamento dos filhos estadunidenses, passa a convocá-los para todas as oportunidades de reunião criadas pelo calendário religioso judaico. Nenhum dos filhos havia recebido educação judaica formal nem informal. Um deles reage, perguntando ao pai, por que diabos ele inventara de celebrar todos os festivais judaicos, se era ateu. O patriarca responde à contestação mais ou menos assim: “Eu sou ateu, mas sou um ateu judeu.” Do paradoxo, o salto para o infinito.

A partir das interrogações que brotam de suas páginas, repito, será muito difícil que o leitor não passe a fazer suas próprias perguntas. Por isso Vilém Flusser torna-se um mestre exemplar: aquele que não condiciona, mas liberta em frases lapidares, jamais estáticas não obstante. E, de modo paralelo àquele do Julius Gold ficcional, o filósofo o faz ao seu modo que, mesmo tratando de assuntos distantes do judaísmo religioso ou laico, foca a partir de sua experiência judaica, uma experiência colocada em xeque. Vislumbra-se não somente um aspecto da, mas a questão humana em sua totalidade, entendida nas condições dadas pela cultura ocidental e suas mutações. Sua percepção do fenômeno judaico é aguda e iluminadora. Lembremos o magistral ensaio sobre Agnon, o grande escritor hebraico do século 20, e um dos maiores dessa literatura milenar, cindido entre a tradição e a contemporaneidade. Ao pensar o judeu ele só pode fazê-lo num jogo especular, vendo o judeu em relação com os não judeus. Torna-se impossível prosseguir sem pensar o homem do ocidente num campo geral e do indivíduo centrado no fluxo genesiaco da linguagem, tema do livro *Linguagem e Realidade* e do ensaio “Problemas linguísticos dos judeus no Brasil”. Desta forma ele define o filósofo e a sua prática, em “Como filosofar enquanto judeu brasileiro?” num território em trânsito atritante: “Admitamos que o principal motivo de filosofar é a tentativa de se elevar sobre a situação a fim de compreendê-la e modificá-la. E que essa tentativa é resultado de repulsa que sentimos contra aquilo que nos cerca e aquilo que nos codifica internamente (os que não sentem essa repulsa, ou os que a recalcam, não filosofam). Pois é óbvio que essa rebelião que é a filosofia é marcada por aquilo contra o que se rebela: a sua situação condicionante. Creio pois que o condicionamento geográfico e histórico (como qualquer outro), é o lado negativo daquela tensão dialética que é a experiência filosófica, em todo lugar e sempre.”

O autor considera o segundo ensaio mencionado como um ponto de partida. Mas não caberia perguntar se, também de maneira talmúdica, cada um dos seus ensaios, marcados pela síntese, não representa um novo, fugidio e por vezes aberrante ponto de chegada?

2

Imagine-se então um livro monstruoso, escrito como um poema em prosa, mas que é filosofia, lembra ao mesmo tempo o pop Lovecraft e Bachelard, emociona, provoca, inquieta, causa repulsa e faz rir. Esse livro, dele, inspirado em obra do brilhante desenhista científico Louis Bec, que completa o volume (pela carnavalização dos gêneros, até o indiferenciado), tem um título luciferino, *Vampyroteuthis Infernalis*, ou seja, Lula-vampiro do inferno. Não se enquadra em modelos – no final há lugar até para um manifesto. Se quisermos incluí-lo em alguma tradição literária e não em diversas, será preciso pensar numa tradição sob a óptica do vário. Uma novela? Talvez, na medida em que o romance busque a sátira menipéia, quando a ficção absorve tudo, ao modo de um molusco sugador, e revela o mundo como um desdobrar de ficção científica, política, histórica, religiosa, psicológica e filosófica. O erudito pop e o pop erudito. O kitsch fundamental. O livro teve uma primeira versão em alemão (1987), muito depois veio a brasileira, com algumas alterações em relação ao texto primitivo, segundo Gustavo Bernardo no prefácio da edição de 2011.

O autor, portanto, coloca-se antes de mais nada e na prática, como artista em suas desarticulações indefinidas, aquele que produz objetos, inventa, faz ficções, resiste e revela. Seu objeto fabuloso neste caso mimetiza um pequeno molusco de 30 centímetros, que vive pelos oceanos a mil metros de profundidade. Inicialmente foi definido como um polvo, mas depois, constatou-se, era um calamar, lula. Habitante oculto em sua própria pequenez, num mundo escuro, e hoje ao alcance de qualquer mortal no Youtube: realmente lembra um polvo, a cabeça, os tentáculos, mas tem orelhas de lula e os braços são ligados por uma membrana em guarda-chuva – parece um morcego. Emite luz e os olhos são vermelhos ou azuis, enormes. No entanto, após a leitura do breve exercício de Flusser, poderemos concluir que aquele bicho fantástico, capaz de se virar pelo avesso, de brilhar com luz própria e emitir jatos de sépia, não é *Vampyroteuthis*. É, sim, um disfarce

para que o aceitemos em deslumbrada repugnância e assim comece a inocular em nós o fascínio e a prática do inferno, o mundo escuro onde se insinua como o outro definitivo do homem, isto é, o demasiadamente humano, seu grande trunfo. Os seus tentáculos tudo permeiam e a rede internética torna-se uma extensão dele. O organismo manifesta-se engrenagem e se reproduz ao dominar ação e pensamento.

Para conhecer *Vampyroteuthis* seria preciso ir além da tela do computador, num mergulho intuitivo, enviesado, para fora e para dentro, ao mesmo tempo. Com ironia e humor que incomoda no deslizar de tom apocalíptico, Flusser insinua, em movimentos mimeticamente tortuosos, que sem essa viagem pelo chão das águas marinhas – origem da vida – o homem não terá chance de sobrevivência, a não ser em sua porção *vampyroteuthis*, rumo à perfeição do aniquilamento. Ele é dotado de inteligência e linguagem, mas uma linguagem de engano (comunica-se para dizer o que não é, numa ginástica paralela à teológica negativa, a fim de atacar e destruir o semelhante tornando-o possível, para fugir ou fazer sexo – se bem que nele a atividade sexual revela-se permanente e de corpo inteiro). É o inferno agindo pela sensualidade infinita e aniquiladora: mesmo em meio a uma abundância de crustáceos e demais guloseimas, de repente investe contra outro *vampyroteuthis* num ato de canibalismo, ou então despedaça os próprios tentáculos até a morte, em fúria autofágica. Suponhamos: a intenção extrema seria devorar o próprio corpo em sua integralidade, sem deixar vestígios, a não ser por outro jogo de prestidigitação com a tinta que já não disfarçaria o corpo do vampiro em fuga, mas sua ausência definitiva, um último jogo de esconde-esconde. Quer dizer, não será possível livrar-nos dele. A despeito de si mesmo ele reaparecerá, como Drácula, ou na impressionante ilustração cinematográfica da primeira versão de *Alien* (1979) que, dos confins do universo – analogia com o mar – ressurgirá, e de um ser humano qualquer.

Na Internet alguém associou *Alien* a uma lula gigante. Não localizei, porém é mais do que provável, pelo óbvio, que já tenham ligado aquele filme à ficção flusseriana, abrindo caminho para a análise de um possível diálogo entre a obra coletiva do cinema e a obra literária que rompe com o individualismo autoral. Essa individualidade funciona em parceria, pois a rigor o texto aqui é a ilustração dos desenhos de Louis Bec, publicados no final do volume e sua exegese como prefácio num conjunto desarranjado de ficção científica. Desde o início essa “fábula” pode ser percebida como um texto pós-Shoá, pós-catástrofe, o Holocausto em hebraico, para identificar o nazismo pela sua obra, revelando-

o com a cara real, no eterno presente, e não como imagem lustrosa delirante em seu romantismo mítico-mistificador, como se não fosse deste mundo. Nessa perspectiva, *Alien*, o filme, torna-se uma expressão do próprio Vampyroteuthis, que se vai diluir na ideia de que tudo não passa de fantasia a ser reproduzida, “apenas”, na série cinematográfica e dos vídeo-games. O maior truque do diabo é provar que não existe. É quando ele se efetiva no inócuo do disfarce fantástico e passa a nos programar, transformando-nos em meros instrumentos. Só o resgate da individualidade “pode evitar que nos transformemos em herdeiros e transmissores de informação programada”, como funciona o vampyroteuthis flusseriano num delírio pop-expressionista. A arte vampyroteuthica, resultado de mecanização gelatinosa, nos desviaria do humano, do “artifício, a artimanha. Que evitemos todo romantismo. Porque Vampyroteuthis ilustra a essência do romantismo: o inferno.” O autor co-autor adverte, a tentativa de domesticar a lula-vampiro será inútil, de nada adiantará pretender civilizar o ser abissal, focá-lo com as lanternas do Iluminismo, do Humanismo. Porque é aí que ele se oculta em meio a cores luminescentes e neblina.

Ao vampiro deve-se opor um dinamismo, a fim de quebrar a cegueira tirânica: o “intelecto crítico e desperto, e seu lado ‘profundo’ de emotividade onírica e vertiginosa. Tal engajamento pode permitir que, uma vez encontrado Vampyroteuthis, este seja reconhecido não apenas como núcleo do lado emotivo do homem, mas igualmente como sustentáculo do lado intelectual do homem. Tal tipo de expedição pode conseguir fazer com que Vampyroteuthis emerja sem que exploda e que o homem possa assumi-lo sem ser achatado por ele.” Porque, se eliminarmos a pressão sob a qual ele vive, estaremos eliminando a matéria de nossa sustentação na superfície e que nos faz homens – o bicho pegará de vez. O vampiro, lembra o autor, já surgiu na “forma de serpentes devoradoras de navios” e “sob forma de ideologias sangrentas nos programas políticos da dita ‘direita’. Sob forma de anseio de orgasmo permanente, de revolução permanente, nos programas políticos da dita ‘esquerda’. Vai surgindo sob as formas mais inesperadas nas análises psicológicas, nas lógicas e nas teológicas, e nas futurologias de todo tipo. Em todos esses lugares Vampyroteuthis vai surgindo como nosso próprio espelho.”

Uma objeção ao final explícito, ao manifesto, pode ser feita se levarmos em conta que isso implica uma quebra no sugestivo poético do texto para cairmos na prosa unívoca. No entanto, essa objeção encontra seu oponente na composição híbrida do livro que

representa, enfim, a vivaz expedição de Flusser ao coração das trevas onde assombram os seres abissais. Nessa fábula, como a denomina o autor com sagacidade, temos a literatura recuperada em sua amplitude, não um mero exercício de gênero, mas sempre um desafio do auto, que me surpreende desde a juventude e depois, quando editava com encantamento os textos enviados por ele do exterior para publicação na revista *Shalom*, em São Paulo nos anos 70, coordenada por Jaime Klintowitz. Consulte-se a parábola talmúdica sobre os sábios que decidem trancafiar o impulso do mal numa jaula para, surpresos, verificarem no dia seguinte que já não havia mais ovos na face da terra.

Referências bibliográficas

Vilém Flusser (2014): *Ser Judeu*, São Paulo, Annablume.

Vilém Flusser (2011): *Vampyroteuthis Infernalis*, desenhos de Louis Bec, São Paulo, Annablume.